

Brasil-periferia: a década de 1980 e a marginalização do movimento Hip-Hop

Brazil-periphery: the 1980s and the marginalization of the Hip-Hop movement

Talita Menezes de Souza*

Rafael Ale Rocha**

Resumo: O presente texto levanta algumas questões voltadas ao período histórico-político no Brasil, nos anos de 1980, a partir de uma ótica das periferias dos grandes centros urbanos, destacando a importância expressiva dos movimentos sociais e culturais que emergiram nessa época. Ressaltamos, ainda, o movimento Hip-Hop como uma ação contra-hegemônica em uma sociedade marcada pela inferiorização de povos, e a marginalização daqueles que não se enquadram nesse ou naquele estereótipo social. Apresentamos o Hip-Hop como elemento ativo, como um grito de legitimação de um território e do povo que nele habita. Para conduzir tais reflexões, buscamos fontes como Touraine (2006), Hall (2014), Castells (2006), entre outros autores que se fazem importantes.

Abstract: The present text raises some questions related to the historical and political period in Brazil in the 1980s, from the perspective of the peripheries of large urban centers, highlighting the expressive importance of the social and cultural movements that emerged at this time. We also emphasize the Hip-Hop movement as an action against hegemony in a society marked by the inferiorization of peoples, and the marginalization of those who do not fit this, or that social stereotype. We present Hip-Hop as an active element, as a cry to legitimize a territory, and the people that inhabit it. In order to conduct such reflections, we seek sources such as Touraine (2006), Hall (2014), Castells (2006) among other authors who are important.

* Mestra em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Gestão e Produção Cultural pela UEA. Licenciada em Dança pela UEA. E-mail: talitamenezes.souza@gmail.com.

** Graduado em História, Mestre em História Social e Doutor em História Social. Atua na área de pesquisa em História Moderna, História do Brasil Colonial, História da Amazônia, História Militar, História indígena, História Social da Arte e Turismo. Professor no Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA). E-mail: rafaelalerocha@yahoo.com.br

Palavras-chave: Movimentos sociais.
Periferia. Hip-Hop.

Keywords: Social movements. Periphery.
Hip-Hop.

Introdução

Este texto trata de um recorte da dissertação intitulada *Minas do Rap e Breakdance em Manaus: da zona de conforto para a zona de confronto*, produzida *no* e aprovada *pelo* Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade do-Estado do Amazonas (UEA). A pesquisa em questão abordou a participação de mulheres e sua invisibilização no movimento *Hip-Hop* em Manaus, porém o trecho aqui apresentado tem como foco abordar a marginalização de movimentos que têm sua gênese na periferia.

Quando se trata do movimento cultural *Hip-Hop*, e mais especificamente sobre seus elementos (Rap, Grafite e Breakdance) e o perfil de seus líderes, tendemos a pensar na identidade desses agentes e na sua militância, visto que o *Hip-Hop* é um movimento que parte de um espírito contestador ante seu cotidiano; é uma cultura que nasce na rua e apresenta uma perspectiva de mudança para a periferia e uma transformação do meio social, através de suas manifestações artísticas.

Sabemos que a burguesia tende a criminalizar os movimentos sociais, ou seja, tudo que está à margem da sociedade é subjugado por parâmetros idealistas e colonizadores. Por outro lado, é importante valorizar movimentos hegemônicos que narram e dão espaço a vozes periféricas. Partindo disso, nos questionamos: *Qual é a importância da existência de movimentos sociais, e de que forma a cultura e a arte podem contribuir nesse processo?*

Buscaremos entender um pouco melhor essa questão a partir de um levantamento bibliográfico sobre o contexto histórico do Brasil na década de 1980, as periferias nos centros urbanos e o Movimento *Hip-Hop*, de modo a promover uma reunião homogênea entre essas discussões, visando a compreender quais são os pontos de semelhança e quais são os de convergência.

Reflexões sobre identidade e novos movimentos sociais

Antes de adentrarmos em movimentos sociais, é necessário ter um pouco de noção de seu significado. Touraine (2006) apresenta algumas explicações para e compreender a categoria de movimentos sociais, e é importante para não se pensar que toda ação coletiva, conflito ou iniciativa política se aplica à noção de movimento social. O autor afirma que o essencial é “reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada” (TOURAINÉ, 2006).

Partindo desse ponto de vista, um movimento social só pode ser assim considerado quando vem de uma minoria, pois ele surge para questionar uma classe ou algo dominante. Falar de um movimento social significa que é necessário nos remeter aos “atores” desse movimento, sendo eles de ambos os lados, conscientes do que tem em comum, por exemplo, ambos (da voz hegemônica e da voz periférica), são conscientes dos mecanismos de conflito e dos interesses particulares que os colocam em oposição, ou seja, uns contra os outros.

O interesse considerável da noção de movimento social na história da sociologia é haver contribuído para a reflexão passar de um certo objetivismo – insuficiente quando se buscou estudar as condutas – a um estudo claramente definido pela busca de sentido de certas ações, isto é, do sentido atribuído por certos atores à sua ação. Nesse sentido, é necessário dizer, com a mesma clareza empregada até aqui, que a ideia de movimento social se opôs ao pensamento que coloca a razão de ser das condutas coletivas nos problemas estruturais de um certo tipo de sistema, geralmente definidos em termos econômicos (TOURAINÉ, 2006, p. 4).

Sendo assim, os movimentos sociais não são movidos apenas por questões econômicas, para Touraine (2006) também não há necessidade de uma ação coletiva ou conflito ser entrelaçada a algum posicionamento político muito elaborado para determinarmos a existência de um movimento social. O autor ainda diz que, por mais simples que definições como essas pareçam ser, indicam, com muita veemência, que movimentos

sociais são posturas coletivas, e não, formas de evolução de algum tipo diferenciado de sistema.

Os movimentos sociais e, mais especificamente, os novos movimentos sociais, têm como principal característica a luta por reconhecimento identitário na tentativa de questionar qual é o seu real papel e espaço de fala dentro da sociedade contemporânea. A identidade é decorrente de um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2006, p. 22).

As reflexões de Castells (2006) indicam que as identidades são múltiplas, e essa construção ocorre ao longo da vida de uma pessoa. É interessante que, de alguma forma, as pessoas estão intrinsecamente conectadas a algum sentido de pertencimento de um grupo, por uma crença ou nacionalidade, por exemplo, e, ao mesmo tempo que um indivíduo pode se identificar com uma religião, também se identifica com uma identidade cultural, e outros, nesse sentido, as pessoas podem estar conectadas, e se entrelaçam simultaneamente.

Hall (2014) também reflete sobre identidades múltiplas a partir de seu conceito de “sujeito pós-moderno”, que se configura nesse cenário com uma identidade que não é fixa ou permanente, um sujeito que apresenta várias identidades, porque se forma e se transforma continuamente na relação de acordo com sistemas culturais que cercam esse sujeito na sociedade. Segundo Hall (2014), a pós-modernidade, ou modernidade tardia, é definida especificamente pela característica de mudanças constantes, rápidas e permanentes que as sociedades vivem nos últimos tempos, relacionadas ao contexto da globalização que gerou mudanças repentinas em nível mundial.

Hall (2014) apresenta três concepções distintas de identidade: o *sujeito do Iluminismo*, que tem a construção da identidade definida no nascimento, e atribui a esse sujeito a total capacidade de razão e consciência de ação; o *sujeito sociológico* que percebe que o mundo moderno não é estático e, portanto, é um lugar complexo, resultando na necessidade de uma identidade que se constitui na relação entre sujeito e sociedade; e o *sujeito pós-moderno*, que se apresenta com uma identidade que não é fixa ou permanente, em consequência das mudanças institucionais e estruturais ocorridas na pós-modernidade, as quais direcionaram modos de vida dos seres humanos. A identidade do

sujeito pós-moderno é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2014, p. 13).

A partir disso, podemos observar que as formas de construção de significados e representação são diversos, por isso o confronto de múltiplas identidades que um sujeito pode se identificar. Castells concorda com Hall sobre esse processo contínuo de construção identitária. Castells (2006) fala que a identidade se constrói a partir de um contexto histórico, religioso, de memória, de desejos pessoais, de relações de poder e outros, A reorganização desses inúmeros significados formam a base da estrutura da sociedade, através de um processo de reestruturação, quando o sujeito social organiza uma diferente significação da sua história, se torna capaz de elaborar uma nova figura identitária e formular seu próprio espaço nas sociedades, sendo os conceitos simbólicos das identidades e dos significados determinados pelos ator que se identifica com as identidades.

A medida que construções identitárias ganham espaço, como a atuação de coletivos através de atividades de vários cunhos, podem redefinir o lugar de um grupo na sociedade, a partir de um legado cultural, por exemplo, podem construir uma nova identidade. A partir desses espaços de atuação e discussão, a juventude da periferia é capaz de produzir um discurso político que aborda, em diversos legados, relacionados à cultura, territorialidade, religião, raça, e de classe, que trazem e contribuem na constituição de várias identidades e, assim, produzem coletivamente um sentido de pertencimento.

A busca e o fortalecimento da identidade são dois dos principais fatores da origem de movimentos socioculturais, e a luta por direitos culturais surgem na periferia a partir da resistência social e do reconhecimento de identidades construídas pela juventude, presentes nesses contextos.

Os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. [...] Não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história que nos faz sentido. Portanto, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossa sociedade, e todos causam impactos nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidades e resultados distintos (CASTELLS, 2006, p. 95).

Touraine (2006) fala que na reivindicação dos movimentos sociais, vêm, em primeiro lugar, a questão da coletividade e o agir contra as lógicas excludentes que estão entranhadas nas sociedades. Os anos de 1980, e, até mesmo antes disso, as lutas sociais criaram um espaço público ressaltando reivindicações, que possibilitaram debates abertos sobre uma nova perspectiva democrática, um lugar importante para dar início a uma conscientização da cidadania. Esse período reflete um processo de demandas populares que surgiram e se destacaram em movimentos sociais que contribuíram para impulsionar mudanças nas sociedades e no meio em que esses agentes sociais estão inseridos.

Redemocratização do País

A década de 1980 no Brasil foi marcada por significativas mudanças e novo processo político. Após um longo período de ditadura militar, nessa década foi possível viver um momento de abertura democrática, que possibilitou o surgimento de uma nova organização da sociedade brasileira civil-política. A população conquistou novamente o direito de escolha dos diferentes níveis de governo do País.

Nesse contexto, surgem novos atores no cenário político-social dessa época, como, por exemplo, sindicatos, associações comunitárias, algumas Organizações Não Governamentais e novos partidos políticos, que começaram a desenvolver ações que até então não eram realizadas pelo Estado.

No ano de 1983, o Brasil estava há 9 anos com ditadura militar, e faziam 23 anos que o País não elegia um presidente por voto direto da população. O povo já demonstrava sua insatisfação, e não era apenas com as formas de organização da sociedade e com o não direito ao voto direto, mas também com a grave crise econômica que o Brasil enfrentava, a hiperinflação corroía o valor do cruzeiro (moeda daquela época).

Mais precisamente, nos anos de 1984 e 1985, o Brasil estava vivendo os últimos anos daquela ditadura (a mesma durou duas décadas). Nesses dois anos, foi iniciada uma série de movimentos para o processo de abertura política e redemocratização. Há vários fatos que simbolizam essa mudança política, dentre eles o que se destaca foi o movimento pelas “Diretas Já”.

O movimento foi nomeado assim para fazer menção às eleições que iriam ocorrer em 1985 para a Presidência da República, e as pessoas que fizeram parte dos movimentos de oposição estavam lutando pelo direito a voto direto. Em 1983, através de um comício na cidade de Goiânia, ocorreu a primeira ação para o “voto direto”, que contou com um público de, aproximadamente, 5 mil pessoas.

Nesse contexto, o deputado Dante de Oliveira, do PMDB, fez uma Proposta de Emenda à Constituição, em que propôs eleições diretas para presidente em dezembro do ano seguinte. Ao longo de 1983 e dos primeiros meses de 1984, o povo tomou as ruas em várias cidades do País, gritando por “Diretas Já!” As maiores manifestações ocorreram na Candelária, no Rio de Janeiro, onde se reuniram mais de 1 milhão de pessoas e na Praça da Sé, em São Paulo, com a presença de 1,5 milhão de pessoas.

Figura 1 – Campanha das “Diretas Já” na Praça da Sé em São Paulo



Fonte: Blog Último Segundo – 2014.

À testa do movimento “Diretas Já” estavam algumas das mais importantes lideranças políticas do Brasil, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Pedro Simon e Luís Inácio Lula da Silva. A classe artística também se fez presente com o apoio de Fafá de Belém, Chico Buarque, Martinho da Vila e outros.

Nesse momento, o governo presidencial em vigência era o do General João Figueiredo, e a população demonstrava profundo desagrado com as medidas tomadas por esse presidente. Economicamente, o governo foi marcado pela inflação e estagnação econômica, apenas evidenciando, ainda mais, o colapso da política econômica do regime militar.

Apesar de seu rápido crescimento, o movimento pelas “Diretas Já” não havia conseguido a maioria dos votos para a aprovação da emenda

e, por isso, buscava-se viabilizar a eleição mesmo que fosse indireta de um de seus candidatos. Contavam com o apoio de dez governadores que haviam sido eleitos em 1982, na primeira eleição direta para o cargo de-1965. Dentre elas, estavam o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), e o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que viriam a ser peças-chave do movimento.

O movimento “Diretas Já” marcou a História brasileira com uma das nossas maiores manifestações de rua. As lideranças do movimento estiveram presentes na transição para a democracia, na promulgação da Constituição de 1988, chegando aos mais altos cargos da república. As passeatas pelas “Diretas Já” foram as maiores mobilizações cívicas já ocorridas, até então, no Brasil.

Moassab (2011) conta que esse foi um período em que iniciaram muitas atuações sociais, dentre as quais podemos citar, como exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (1975), e as greves no ABC (1978-1980). Ainda que essas tenham sido na década anterior a de 1980, foram inícios dos movimentos que talvez tenham influenciado algumas ações dessa década como a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) (1980), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST) (1984), o já mencionado “Diretas Já” (1984), e, por fim, a votação da nova Constituinte (1988).

Nesse mesmo contexto histórico, muitos artistas se mobilizaram para a criação do Ministério da Cultura (MinC) em março de 1985, como afirma Santos (2009), para que, assim, o Estado pudesse abordar, de forma mais direcionada, o incentivo e o fomento à cultura no País. O MinC foi criado a partir da divisão do Ministério da Educação e Cultura. Teve início uma série de ações específicas para a construção da identidade nacional.

Segundo Oliver (2001), a partir do processo de abertura política, a cultura passou a ter mais visibilidade na sociedade, através da organização de movimentos populares. Isso se consolida a partir da redemocratização, uma vez que novos atores políticos são constituídos e identidades sociais (identidade etária, de gênero, regionais, religiosas e étnicas) foram construídas, buscando, ainda, sua valorização.

A criação do MinC trouxe certa esperança para os artistas e produtores devido à grande possibilidade de fomento à cultura brasileira. Essa ação teve uma boa receptividade, no entanto, houve outros que criticaram bastante, pois julgaram acriação um grande erro. Para Durand

(2001) a área cultural sofreu um desgaste com a criação desse Ministério da Cultura, uma vez que não havia “recursos e quadros técnicos que, ao menos, mantivessem a qualidade alcançada nas gestões imediatamente anteriores” (DURAND, 2001, p. 67), e isso, provavelmente, favoreceu sua extinção no governo Collor.

Apesar de todas as mudanças decorrentes desse processo de redemocratização do Brasil, levou-se um tempo para que mudanças efetivas se enraizassem no cotidiano do povo brasileiro, principalmente nas periferias, que é um espaço que, historicamente, esteve à margem da sociedade. Paralelo a essa crescente construção de democracia e abertura de espaços para participação popular, a década seguinte (1990) mostrou uma ampla abertura do neoliberalismo.

Essa movimentação política foi importante para motivar outros países, no entanto algumas tentativas de retomada da democracia afundaram numa escala maior a exclusão social e econômica. Houve muitos obstáculos nesse período de redemocratização do Brasil e de outros países, como, por exemplo, a normalização do autoritarismo, que causou uma profunda exclusão política e a anulação da participação da população.

Todos os obstáculos e conflitos guiaram para a chamada “nova democracia” brasileira. Sem dúvida os movimentos sociais tiveram bastante crescimento nesse período, por várias motivações, e a que aqui iremos tratar será a valorização da cultura para uma transformação social. A luta de classes é justamente para afetar as hierarquias criadas na sociedade, a partir do momento em que as pessoas são categorizadas, como, por exemplo, em ricos e pobres.

Para a categoria de “classe” segue-se a proposta conceitual de Edward Thompson (2001), quando enfatiza o caráter histórico, processual e relacional de práticas e valores que permitem a identificação de um grupo social em relação a outros, a partir de um processo não predeterminado que vai se construindo ao longo do tempo, sendo central também para este autor outro conceito: o de luta de classes.

Hip-Hop: a periferia foi (e é) construída por luta

Em meio aos contextos turbulentos, a periferia sempre se manteve de forma resistente buscando formas de viver com qualidade de vida, e,

muitas vezes, a cultura foi um meio pelo qual as pessoas que estavam à margem puderam proporcionar algum tipo de lazer e de expressão a um grupo ou comunidade, muitas vezes, combatendo a violência.

Sabemos que a periferia sempre foi constituída por lutas, e utilizamos esse termo nos seus amplos significados, lutas essas, que, por simples que viessem a ser, vieram como uma reivindicação do povo, seja um posto de saúde ou uma quadra de basquete, tudo praticamente vem da união de um grupo de pessoas interessadas no mesmo ponto.

Há muitas décadas, as pessoas que vivem na periferia ocupam os mais variados espaços públicos e outros ociosos, construindo moradias ou ocupando para o bem-estar social de determinados grupos, contribuindo para sua sobrevivência. A resistência é diária, não apenas entendida como uma palavra que está no auge do senso comum, mas vivida na pele dos sobreviventes periféricos, que buscam formas diárias para escapar dos malefícios causados pelos governantes brancos, racistas e elitistas, que acarretam danos à sociedade brasileira e à diversidade cultural. O povo que vive nas bordas da cidade e também no centro, aprendeu a resistir, pois não havia outro caminho.

Apesar de sempre bastante distintas entre si, o que é indiscutível, as periferias dos grandes centros urbanos trazem em si algumas características comuns, que permitem justamente que possam ser chamadas, todas elas, de periferias. As semelhanças são o que as caracterizam como tais. [...]. Histórias de pessoa que vivem nesse terreno atravessado por necessidades, carências e privações, que subsidiam um modo específico de sociabilidade e de elaboração das concepções de mundo de quem ali vive. Apesar dessa elaboração se dar de modo também muito distinto entre os diferentes indivíduos que fazem suas histórias na periferia, todos eles são submetidos a ausência de direitos humanos elementares senão por toda a vida, em parte significativa dela. (FELTRAN, 2003, p. 85).

As pessoas que vivem nas periferias, como foi mencionado, enfrentam muitos problemas, que vêm desde o saneamento básico até

opções saudáveis de lazer, fazendo com que essas pessoas se politizem por meio da necessidade presente em seu cotidiano.

Para Feltran (2003) a pobreza, o desemprego, a miséria e a violência compõem, assim, um quadro urbano natural, fundador de modos de vida específicos. Esse quadro se torna, com o passar do tempo, para quem chegou e sempre viveu ali, para jovens e pessoas ao redor, o ambiente urbano da periferia.

É de conhecimento geral que não são apenas as necessidades básicas que marcam a imagem das periferias, porém também o alto índice e as inúmeras formas de violência, como: assassinatos, tráficos, roubos e violência policial. O desemprego também é algo que colabora com isso, ou seja, a violência, o desemprego e a miséria por muito tempo e talvez, ainda nos dias atuais, constituem a paisagem natural da periferia.

A desigualdade social não é apenas um assunto atual, mas algo que vem sendo vivido e discutido há décadas. O Estado se interessa muito por estatísticas, e os números que medem a vida periférica nos centros urbanos são altos; de fato, há uma pesquisa, mas há também a escassez de ações que revitalizem e mudem esse quadro. E, como as mudanças, quando existem são milimétricas, pois a própria população periférica é que busca formas de proporcionar melhorias para seus grupos.

Os anos 1980 foram importantes para os movimentos sociais que iniciaram, especificamente, também para o *Hip-Hop* no Brasil. Segundo Moassab (2011), nesses anos, foi possível perceber e acompanhar as primeiras rimas e batidas de músicas dos Djs, e os primeiros passos da chamada dança de rua, mais precisamente, em São Paulo, nas estações de metrô, porém o movimento também foi se expandindo em outras regiões do Brasil nessa mesma década.

É importante citar que Luiza Erundina (1989-1993), eleita prefeita da cidade de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), teve seu governo num momento de ápice dos movimentos sociais, em que a mesma procurou ouvir as demandas das políticas públicas que ainda não haviam sido atendidas para os diferentes guetos da população. Algumas dessas ações se referiram à Educação, como, por exemplo, a utilização de *Raps* nas escolas, até com o seguinte tema: moradia, por meio da construção de conjuntos habitacionais e mutirões.

O *Hip-Hop*, desde sua origem nos Estados Unidos, nasceu na periferia, e mais precisamente no Brasil, surgiu no final da ditadura civil-militar, período em que manteve sua filosofia social e política, sempre procurando formas de protestar através de manifestações artísticas de combate à violência (física e simbólica) dos espaços que o cercam. Por conta do abandono da periferia pelo Estado, no aspecto social e também no cultural, os jovens moradores e seguidores do *Hip-Hop* procuravam criar um novo espaço de resistência.

Ao longo de sua história de resistência, e principalmente diante do contexto em que surgiu na década de 1980, em que as circunstâncias eram mais difíceis, o *Hip-Hop* se mostrou como movimento de busca por denúncias ao cotidiano de uma população periférica, seja nas músicas de Rap, ou num treino de Breakdance em um espaço público, e também na expressão visual que o grafite dá aos muros. Duras críticas ao sistema capitalista, ao neoliberalismo e o controle de mídias são comuns em suas mais diversas linguagens artísticas.

Borri (2015) diz que o movimento *Hip-Hop* aparece em muitas periferias como uma salvação, e um fim, aqueles que nascem predestinados a um futuro delicado, cercados de situações complexas, segundo o autor, principalmente para a juventude negra, periférica, excluída e pobre, que historicamente, vem sofrendo com a ausência de políticas de inclusão, e que muitas vezes são vistas como a escória da sociedade.

O *Hip-Hop* é em sua maioria representado e exercido pelos jovens, mas esses não são os únicos que encontram no *Hip-Hop* uma forma de expressão e principalmente um “grito” dos sentimentos que carregam por viver à margem da sociedade. Mesmo sabendo que o *Hip-Hop* se mantém ativo até os dias atuais, e naturalmente muita coisa mudou, até seus objetivos e a forma de diálogo com o mundo, sua sociabilidade, através desse movimento, é possível que haja um momento de reflexão por parte da periferia, através de sua postura ideológico-política de questionar o mundo, para, assim, possivelmente, despertar nas pessoas ao redor a crítica necessária para sua melhoria de vida.

É importante reconhecer e entender que o *Hip-Hop*, além de ser uma manifestação cultural, é, também, um ato político. Segundo Borri (2015), sua gênese aponta para uma perspectiva contra-hegemônica questionando os valores da alta sociedade burguesa que tem voz e papel de destaque na sociedade como um todo.

A arte tem a possibilidade de criar mecanismos de compreensão e também de mudança da realidade social, além de fomentar o pensamento crítico. O *Hip-Hop* promove o encontro entre música (Rap), dança (*Breakdance*) e artes visuais (Grafite), e suas manifestações artísticas causam impacto e chamam a atenção; é uma cultura na qual podemos identificar que suas artes desempenham um papel fundamental para todos, além de às pessoas que estão à margem.

A *práxis* artística permite a criação de objetos humanos ou humanizados que elevam a um grau superior a capacidade de expressão e objetivação humanas, que já se revela nos produtos do trabalho. A obra artística é, acima de tudo, criação de uma nova realidade, e posto que o homem se afira, criando ou humanizando o que toca, a *práxis* artística – ao ampliar e enriquecer com suas criações a realidade já humanizada – é uma *práxis* essencial para o homem (VÁZQUEZ, 1977, p. 198).

Para Vázquez (1977) a *práxis* artística pode se desenvolver de acordo com a finalidade. É certo que o *Hip-Hop* pode incentivar os jovens da periferia a se expressar; de forma imediata eles abordam o cotidiano, pois, talvez, seja o que os aflige e, quando um homem cria uma obra de arte, ele se autorreconhece. Além disso, no *Hip-Hop*, a arte é um reflexo da própria realidade, pois a arte é um ato que narra com olhares peculiares sua contemporaneidade.

A denúncia da exclusão social é algo que está constantemente presente nas músicas de *Rap*, por exemplo. O conhecimento da realidade é importante para, assim, então, pensar em possibilidades de mudança. O *Hip-Hop* é um movimento que se originou nas periferias, e é por isso que, em algumas vezes, é encarado de forma marginalizada pela sociedade, que, muitas vezes enxerga grupos de periferia apenas associados a criminalidade.

A marginalização

O movimento cultural *Hip-Hop* no Brasil da década de 1980, assim como todos os movimentos sociais, era visto de forma extremamente negativa pela burguesia, ou pela maior parte da população, não só por ele

ter se originado nas ruas da periferia, mas pelo modo de organização no período histórico da ditadura civil-militar. A sociedade tinha, de maneira geral, visões diferentes sobre a definição de cultura. Nos dias atuais, já podemos identificar que o *Hip-Hop* tem, também, como seguidores, indivíduos de classe média e alta, pois esse se expandiu para além das periferias.

Para entendermos porque o *Hip-Hop* está associado à marginalidade, antes é preciso compreender o significado do termo. Segundo Nascimento e Simon (2008), a palavra *marginalidade* é utilizada para caracterizar sujeitos que se encontram nas fronteiras, ou excluídos de um modelo social aceito pela maioria. As populações pobres da periferia são grupos chamados de “marginais”, e muito disso se deve ao processo de urbanização das grandes cidades. A marginalização é a realidade das populações de baixa renda, que ficam afastados dos benefícios e das políticas de Estado.

Apresenta-se como marginalizados, os que praticam atos que a lei define como penalmente ilícitos e que constituem num dado momento, a criminalidade aparente. O conceito deste termo é sustentado a partir de uma representação cultural da existência de um centro e uma periferia. O centro, marcado pela integração social da boa sociedade. A periferia, marcada pela insignificância e o não poder daqueles que vivem à margem de uma sociedade absolutamente desigual (NASCIMENTO; SIMON, 2008, p. 5).

Relacionando com a questão de que o *Hip-Hop* é uma espécie de voz e crítica diante de situações precárias em que a periferia se encontra, podemos dizer que tanto o *Rap*, o *Breakdance* quanto o Grafite, são manifestações culturais de resistência. Rancière (1996) lembra que mesmo que as dificuldades intrínsecas ao processo surjam, se busca a conquista da ampliação dos espaços de resistência, o que desenvolve a constituição de uma experiência política.

Rancière (1996) afirma que a luta política é travada nas ações para lidar com diferentes lógicas, e a política está propriamente nesses lugares sociais em um campo de disputa pelos significados. E como se os movimentos sociais caminhassem entre duas lógicas: uma seria pelo

caminho de conquistar direitos para o povo, e a segunda lógica seria para mostrar que a periferia é menosprezada pelos governantes, e que elas também são tão merecedoras de importância quanto a burguesia do País.

Ainda no seu início, o movimento era quase estritamente social, o que é a grande diferença da época em que surgiu, com relação à sua importância social na contemporaneidade, que é também um mercado cultural de alto nível. Se antes ele era totalmente marginalizado e malvisto, alguns seguidores do *Hip-Hop* chegaram até a ser presos por estarem simplesmente dançando; hoje em dia, eles são convidados a participar de festas, de pesquisas. E a área de música tem, também, os mais populares artistas.

Sabemos que o *Hip-Hop* transcendeu a periferia, mas ele ainda é um produto da mesma. Um instrumento de resistência que questiona o papel do jovem de periferia na sociedade, re- constrói e reafirma a identidade dessa juventude, ao mesmo tempo que propõe uma ação através da arte e do *ativismo*. O *Hip-Hop* também expressa uma *atitude consciente* que visa ao conhecimento, à educação, ao autoaperfeiçoamento, ao prazer e à diversão.

Castells (2006) afirma que, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais *bons* ou *maus*. Todos eles são sintomas da nossa sociedade, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus e intensidades. Desse modo, o *Hip-Hop* deve ser encarado como algo contemporâneo de si mesmo, e, como tal, se trata de uma reflexão sobre a própria sociedade, como algo que olha para a própria luz e nela não enxerga a claridade, mas o escuro que por trás habita (AGAMBEM, 2006).

Há muitos movimentos que têm como protagonistas os jovens, mas o *Hip-Hop* sempre teve essa relação direta. De todos os movimentos que já surgiram, é possível constatar que esse é o que mais tem aproximação com os jovens, proporcionando liberdades para a expressão, desde as vestimentas até o modo de falar e caminhar. Essa rede de significados que o *Hip-Hopper* (seguidor do *Hip-Hop*) traz consigo, muito se deve à sua origem, e, por mais que tenha chegado em todos os níveis de uma sociedade, a influência da origem que veio dos Estados Unidos, como um movimento negro de periferia e dos excluídos, se refletiu na forma como ele surgiu no Brasil e nas regiões.

Reconhecer que todos os povos produzem cultura, que cada um tem uma forma diferente de se expressar, e que todos os povos e suas culturas não são iguais, significa aceitar a diversidade cultural. Esse conceito de diversidade nos permite ter uma visão mais ampla e reconhecer que não existem culturas superiores e culturas inferiores a partir da nossa (GRUNBERG, 2000).

Ao longo deste breve texto, pudemos perceber que a cultura se torna um importante recurso nas periferias e subúrbios, pois possui um papel de desenvolvimento social, cultural e econômico, como “comissão de frente” na luta pela conquista de cidadania e reconhecimento. A maioria dos movimentos sociais que surgiram na década de 1980, nasceram com a ideia de promover a importância da participação da periferia na luta por direitos, a partir de reivindicações que dizem respeito às responsabilidades do Estado para com a população e da luta pela democracia.

Segundo Touraine (2007), alguns novos movimentos sociais se diferenciam das posturas majoritariamente econômicas dos movimentos sociais que foram bases desses, como, por exemplo, movimentos originários das sociedades industriais, que, na atualidade, percebem e se manifestam em direção a novas demandas. A visível reivindicação de direitos culturais nos novos movimentos sociais é possível identificar no Movimento *Hip-Hop*, que atua como manifestações artísticas que enfatizam a coletividade e as relações em ambientes nos quais o mesmo se desenvolve.

Considerações finais

Os movimentos sociais se constituíram trazendo elementos de grande relevância para a história das conquistas sociais do Brasil. Nasceram a partir de uma iniciativa popular, motivados por problemas da sociedade, ou contra um autoritarismo e/ou repressão. Além disso, são motivados pela exclusão de grupos sociais e, até mesmo, pelo tratamento diferente dado às raças e gêneros.

A permanência de certas práticas que se originaram no período da ditadura militar, ou após esse período, tornaram-se de bastante significado, pois mostram elementos de resistência, pelo fato de terem tido atitudes contra um sistema de exclusão do Estado e de seus governantes.

A cultura sempre manteve uma relação íntima com a periferia, pois, muitas vezes, durante as manifestações artísticas foram os únicos momentos em que as pessoas se sentiram iguais e em diálogo com o mundo. Além disso, a cultura também se tornou um meio de lazer econômico para a sociedade de modo geral.

O movimento *Hip-Hop* nasceu nesse meio para mudar seu ambiente social de violência através de manifestações artísticas e, também, para ter a possibilidade de mostrar um outro lado da periferia, que é a questão da cultura de rua, a partir do momento em que seus protagonistas e agentes passam a ter vontade *de* e atitude *para* promover uma transformação social.

Não estou dizendo que o *Hip-Hop* salva vidas, mas, de certa forma, o movimento conseguiu resgatar pessoas que estavam num caminho de vulnerabilidade social e apresentaram novas formas de expressar sua insatisfação com o mundo. O *Hip-Hop* tem a facilidade de dialogar com todas as faixas etárias, mas principalmente com os jovens. Um de seus objetivos é estar sempre de olhos abertos para a realidade, a fim de que possa construir um pensamento crítico a respeito da mesma.

A partir do *Hip-Hop*, a produção estética da periferia ganha novos conhecimentos e reconhecimentos. Se no início do movimento no Brasil o *Hip-Hop* era altamente marginalizado, hoje em dia, as mesmas pessoas que praticam alguma atividade relacionada ao movimento, são constantemente convidadas a prestar serviço para o Estado, o que significa uma importante mudança no quadro.

A marginalização do *Hip-Hop* ainda existe, mas se comparado ao período de redemocratização do País, a mesma já mereceu grandes conquistas e aceitação da população e do Estado. Ele se originou como um movimento sociocultural e, atualmente, é reconhecido como Cultura *Hip-Hop*, está presente em todas as regiões do Brasil. A luta ainda continua. Sabemos que é difícil trabalhar na cultura, ainda mais sendo ela de rua. O *Hip-Hop* é cultura e ação.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: _____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BORRI, Giovanna T. *Hip-Hop: movimento político-cultural de resistência da juventude da periferia e sua inserção nos saraus*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Prefácio de Ruth Correia Leite Cardoso. Trad. de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 1996. v. 2.
- FELTRAN, Gabriel. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. *Cadernos do CEOM*, Chapecó: Argos, n. 12, p. 159-180, 2000.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Guacira Lopes Louro e Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- DURAND, José C. Cultura como objeto de política pública. Cultura: vida e política. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001.
- MOASSAB, Andréia. *Brasil na(s) periferia(s): a comunicação insurgente do Hip-Hop*. São Paulo: Educ, 2011.
- NASCIMENTO, D.; SIMON, C. Hip-Hop e marginalidade: possibilidades de leitura. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH, 7., 2008, Londrina. *Anais* [...], Londrina, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SANTOS, Fernando B. *Política cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais*. In: XXXIII ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. *Anais* [...] São Paulo, 2009. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3105.pdf. Acesso em: 3 jun. 2019.
- THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: THOMPSON, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Org. de Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, 2006.
- VAZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.